All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are officed

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



	Yearly (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	Quarrert (Trimestral)	
All 3 séries) (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/	Rs. 18/-	
I Series II Series UI Series	Rs. 20/- Rs. 16/- Rs. 20/-	Rs. 12/- Rs. 10/- Rs. 12/-	Rs. 9/- Rs. 8/- Rs. 9/-	

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases, Goa, Daman and Diu

Order

CML-Z-152/114/69

These are 14 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri Quexova Sinai Cundo, Mine Owner, Margao, Goa.

(Tradução)

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio

Portaria

CML-Z-152/114/69

Estes são os 14 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes ao Sr. Quexova Sinai Cundo, proprietário de minas, Margão Goa.

Sr. No. Case No. N.º de série Caso n.º		Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Area em hectares	
1.	Z-152	2 of 4-1-1952	Fer/Mang.	Molcornem	95.2400	
2.	Z-156	6 of 1-2-1952	— do —	Caurem	78.2900	
3.	Z-209	59 of 18-7-1952 T. T. 20-6-1956	do	Colomba	97.5350	
4.	Z-215	65 of 25-7-1952 — do — T. T. 6-1-1958		Viliena	21.7000	
5.	Z-264	11 of 20-2-1953	Iron	Caurem & Maina	87.1100	
6.	Z-304	51 of 15-6-1953 T. T. 6-1-1958	Fer/Mang.	Verlem	71.5700	
7.	Z -366	113 of 23-10-1953 T. T. 10-10-1956	Iron	Pissurlem	68.1000	
8.	Z-422	24 of 8-3-1954	Iron	Candeapar	98.3490	
. 9.	Z-477	30 of 30-7-1955 T. T. 20-6-1956	Fer/Mang.	Xelpem	49.7000	
10.	Z-527	37 of 17-10-1956	Iron	Cotarli	30.8000	
11.	Z- 580	39 of 16-9-1957	Iron	Carapur	85.3470	
12.	Z -629	25 of 13-6-1958	Iron	Calem	87.9730	
13.	Z-722	42 of 17-8-1959	Iron	Maulinguem	61.6680	
14.	Z-740	61 of 27-9-1959	Mang.	Maulinguem	97.3400	

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os

and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows: -

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant, to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclue um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições: —

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jázigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jázigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.°, 73.° e 91.° fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and mineral removed by the Lessees from the leased in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the

E verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Dio, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sómente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao periodo do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas sómente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acôrdo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica: —

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga pelo minério de ferro, sómente, será a razão de Rps. 12-50 Ps. por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério, será à razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, à renda de superficie e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem

- Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Ayrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 1st March, 1969.

Order

CML-Z-212/4/69

These are 15 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri Vasudeva Madeva Salgaocar, Vasco-da-Gama.

- formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados[°] pelo Governo da India, periòdicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrado do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- Determina-se que a presente portaria seja publicada no Boletim Oficial, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.
- A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma deverá serjunta em todos os casos.
- A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 1 de Março de 1969.

Portaria

CML-Z-212/4/69

Estes são os 15 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes ao Sr. Nasudeva Madeva Salgãocar, Vasco-da-Gama.

			<u>`</u>		
Sr. No. N.º de série	Case No.	Title No. and Date of Lease N.º do titulo e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Area em hectares
1.	Z-212	62 of 18-7-1962	Iron	Velguem	52.6578
2.	Z-339	86 of 4-9-1953	Do	Pale	94.6000
3.	Z-350	97 of 2-10-1953 T. T. 10-10-1956	Fer/Mang	Sigao	60.1000
4.	Z-413	15 of 19-2-1954 T. T. of 1-8-1956	Fer/Mang	Siroda	48.9000
5.	Z-423	25 of 19-3-1954 _ T. T. 25-6-1955	Mang	Vantem	52.1000
6.	Z-44 5	47 of 6-12-1954	Fer/Mang	Sigao	56.3000
7.	Z-447	49 of 6-12-1956 T. T. 1-8-1956	Iron	Advalpale & La- tambarcem	59.6600
8.	Z-528	38 of 17-10-1956	Iron	Aglote	29.9600
9.	Z-644	40 of 11-8-1958	Iron	Latambarcem e Onda	97.2130
10.	Z-645	41 of 29-8-1958	Fer/Mang	Curpem	71.8800
11.	Z-646	42 of 28-9-1958	Iron	Sancordem	99.8500
12.	Z-647	43 of 29-8-1958	Iron	Sigao	58.0100
13.	Z-648	44 of 29-8-1958	Iron	Melauli	94.2300
14.	Z-649	45 of 29-8-1958	Fer/Mang	Amona	36.0000 .
15.	Z-762	83 of 14-12-1959	Mang	Poriem e Morlem	84.4390

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and eareful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acimafeitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei. The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows: -

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63, hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclue um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições: -

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jázigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jázigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação; também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Dio, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por

with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; "except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acôrdo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga por minério de ferro, sòmente, será à razão de Rps. 12-50 por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério será à razão de Rps. 25/por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periòdicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superficie, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.

.

- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th February, 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Finance (Revenue) Department

Letter No. 12/59/69-ITCC dated 26th March, 1969 from Government of India, Ministry of Finance (Department of Revenue & Insurance) New Delhi is hereby published for general information of the public.

V. S. Srinivasagopalan, Finance Secretary.

Panaji, 17th April, 1969.

Letter F. No. 12/59/69-ITCC dated 26th March, 1969 from the Government of India, Ministry of Finance, (Department of Revenue & Insurance), New Delhi.

Subject: — Deduction of tax at source from salaries — Allowance in computation of «Salaries» for maintenance expenditure and wear and tear of conveyances under section 16(iv) of the Income-Tax Act, 1961 — Whether allowance admissible where conveyance is not registered in the name of the assessee.

Reference is invited to this Ministry's circular letter of even number dated 26th March, 1968 regarding the procedure to be followed by Disbursing Officers in deducting tax at source from salaries during the financial year 1968-69.

- 2. In paragraph 4, item (ix), of the above letter it has been stated that in calculating the tax deductible at source from salaries, the salary income is to be reduced by the appropriate amount of standard deduction for maintenance expenditure and wear and tear of motor cars and other conveyances owned by the employee and used by him for the purposes of his employment. A question has arisen whether this standard deduction is allowable in a case where the employee claims to have financed the purchase of the motor car or other conveyance from his own funds but such conveyance stands registered in the name of his wife or any other person.
- 3. The standard deduction under section 61(iv) of the Income Tax Act is admissible only where the conveyance is owned by the employee and is used for the purpose of his employment. In accordance with the provisions of the Motor Vehicles Act, 1939, the owner of a motor vehicle has to get it registered in his name within a specified period. From this it follows that where a motor vehicle is not registered in the name of the employee, he cannot be regarded to be its owner in law. In view of this position, the standard deduction for the maintenance expenditure and wear and tear of a motor vehicle can be allowed to an employee only where the vehicle is registered in his own name.
- 4. The position as stated may be brought to the notice of all Disbursing Officers and State Undertakings under the control of the State Government.

Sd/-

R. D. SAXENA

Deputy Secretary to the Government of India.

- Determina-se que a presente portaria seja publicada no Boletim Oficial, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio:

Panagi, 27 de Fevereiro de 1969.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento das Finanças (Receita)

A seguir se publica, para conhecimento geral, a carta n.º 12/59/69-ITCC, de 26 de Março de 1969, do Ministério das Finanças (Departamento de Rendimentos e Seguros) do Governo da India, de Nova-Delhi.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário das Finanças.

Panagi, 17 de Abril de 1969.

Carta n.º F. 12/59/69-ITCC, de 26 de Março de 1969, do Ministério das Finanças (Departamento de Rendimentos e Seguros) do Governo da India, de Nova-Delhi.

Assunto: — Desconto na origem, do împosto no vencimento — «Subsidio, de cômputo com o vencimento» para a manutenção e desgaste de veículos, ao abrigo do artigo 16(iv) do «Income Tax Act, 1961» — Se o subsidio é admissível nos casos em que o veículo não se acha registado em nome do contribuinte.

Solicita-se referência à circular deste Ministério datada de 26 de Março de 1968, relativa ao procedimento a ser adoptado pelos «Disbursing Officers» no tocante ao desconto, na origem, do imposto nos vencimentos durante o ano econômico de 1968-69.

- 2. No § 4.°, rúbrica (ix) da carta acima referida esclarecese que ao calcular o imposto a ser descontado na origem, nos
 vencimentos, deve ser deduzida dos vencimentos a quantia
 apropriada gasta na manutenção e desgaste dos carros e
 outros veículos pertencentes ao funcionário e utilizados pelo
 mesmo para os fins do seu serviço. Tem surgido a questão se
 se deve conceder o desconto admissível no caso em que o
 funcionário tenha financiado a compra do carro ou outro
 veículo com os seus próprios recursos, mas o mesmo veículo
 acha-se registado em nome da sua mulher ou outra pessoa.
- 3. O desconto ao abrigo do artigo 16(iv) do «Income Tax Act» é admissível sómente no caso em que o veículo pertença ao funcionário e seja utilizado pelo mesmo, para os fins do seu serviço. De harmonia com o disposto no «Motor Vehicles Act, 1939» o proprietário dum veículo motorizado tem de registar o mesmo em seu nome, dentro do prazo estabelecido. Disto se depreende que se um veículo não estiver registado em nome do funcionário, o msmo não poderá ser considerado como seu proprietário à face da lei. Em vista disso, o desconto para a manutenção e desgaste dum veículo, é admissível sómente no caso em que o veículo esteja registado em seu próprio nome.
- 4. O facto deverá ser levado ao conhecimento de todos os «Disbursing Officers» e empresas oficiais subordinadas ao Governo Estadual.

Sd/-

R. D. SAXENA

Secretario adjunto do Governo da India.

Revenue Department

Directorate of Civil Administration

By order dated 31-3-1969:

The following persons are appointed under the proposal of the Administrator of Comunidades of Goa, members of the managing committees of Comunidades of Goa Taluka, for the current triennium 1968-1971, mentioned below:

Comunidade of Calapur

President: Inacio Mariano Fernandes. Substitute: Antonio Maria Rosa Dias. Member: Tolentino Loreto João Pinto. Substitute: Vicente Fernandes.

Comunidade of Cuitra

President: Gustavo Joao Floriano Pinto. Substitute: Xavier Monica Lourenço. Member: Isidoro Urbano Botelho. Substitute: Aleixo Domingos Botelho.

Comunidade of Carambolim

President: Jose Francisco Tomas Estevam do Rosario Lobo.

Substitute: Assumção Desiderio Tiburcio Lobo.

Member: Antonio Jose Lourdes Lobo.

Substitute: Antonio Joao dos Milagres Mascarenhas.

Comunidade of Jua

President: Boaventura Pereira. Substitute: Miguel Caetano Gomes. Cashier: Calisto Dias.

Substitute: Estevam Degolação de Batista Gomes. Attorney: Jose Agostinho Francisco Silveira.

Substitute: Jose Jacob Ferrão.

By order dated 7-4-1969:

The plot of land named «Chireconiche Molacodii» situated The plot of land named «Chireconiche Molacodis» situated at Maulinguem of Sanquelim, admeasuring 325 sq. metres belonging to the Devasthan of Xri Radhakrishna Murlidhar of Sanquelim, applied for by Shri Anant Sitaram Canekar and granted provisionally on 30-10-1960 to Shri Dhirjial Damodar for construction of a house is hereby reverted in favour of the same Devasthan with the legal consequences as he falled to take possession of the plot during the prescribed time-limit.

Directorate of Civil Administration at Panaji, 14th April, 1969.— D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Food and Civil Supplies Department

Notification

4-6/69/FCS/CS

In exercise of the powers conferred by clause 2(c) of the Goa, Daman and Diu Rice (Control on Prices, Regulation of Disposal and Acquisition) Order 1964, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints all the Mamlatdars in the Union Territory of Goa, Daman and Diu as «specified authority» in their respective jurisdictions for the purposes of clause 3(c) of the said order.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 16th April, 1969.

Public Works Department

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/23/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of approach road to I. D. Hospital, at Ponda.

Departamento de Rendimentos

Direcção dos Serviços de Administração Civil .

Por portaria de 31 de Março de 1969:

Os seguintes indivíduos são nomeados, sob proposta do Administrador das Comunidades de Goa, membros das comissões administrativas das Comunidades do concelho de Goa, para o corrente triénio de 1967-71:

Comunidade de Calapur

Presidente: Inácio Mariano Fernandes. Substituto: António Maria Rosa Dias. Vogal: Tolentino Loreto João Pinto. Substituto: Vicente Fernandes.

Comunidade de Cujirá

Presidente: Gustavo João Floriano Pinto. Substituto: Xavier Mónica Lourenço. Vogal: Isidoro Urbano Botelho. Substituto: Aleixo Domingos Botelho.

Comunidade de Carambolim

Presidente: José Francisco Tomás Estevam do Rosário Lobo.

Substituto: Assumção Desidério Tibúrcio Lobo.

Vogal: António José Lourdes Lobo. Substituto: António João dos Milagres Mascarenhas.

Comunidado de Jua

Presidente: Boaventura Pereira. Substituto: Miguel Caetano Gomes. Tesoureiro: Calisto Dias.

Substituto: Estevam Degolação de Batista Gomes. Procurador: José Agostinho Francisco Silveira.

Substitute: José Jacob Ferrão.

Por portaria de 7 de Abril de 1969:

O terreno denominado «Chireconiche Molacodil», sito em Maulinguem de Sanquelim, medindo 325 m2, pertencente à Devalaia de Xri Radhakrishna Murlidhar, de Sanquelim, requerido por Anant Sitaram Canekar e concedido, provisòriamente, em 30 de Outubro de 1960, a Dhirjlal Damodar, para construção de casa, reverterá à mesma Devalaia com consequências legais, por o mesmo, não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Panagi, 14 de Abril de 1969. — D. N. Barúa, Collector e D.A. C.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Despacho

4-6/69/FCS/CS

No uso das faculdades conferidas pela alínea 2 (c) do «Goa, Daman and Diu Rice (Control on Prices, Regulation of Disposal and Acquisition) Order 1964», o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, nomeia todos os Mamlatdares do território da União de Goa, Damão e Dio, como «autoridades designadas» dentro da respectiva jurisdição, para os fins da alínea 3(c) da citada portaria.

or ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

V. H. Sakhalkar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 10 de Abril de 1969.

Serviços das Obras Públicas

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/23/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção duma estrada de acesso para o Hospital I. D. em Pondá.

Therefore the Government is pleased to notify under sub--section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

- 2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.
- 3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.
- 4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector south Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.
- 5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.
 - 1. The Collector of Goa Panaji.
 - 2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
 - 3. The Director of Land Survey, Panaji.
 - The Superintending Engineer, P. W. D., Circle II, Panaji.
- 6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

- Torna-se público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como citado Act) que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.
- 2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipóteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.
- 3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no Boletim Oficial, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição fôr abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no Boletim Oficial, na devida altura.
- 4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3." do citado Act, o Collector adjunto da Sub-divisão do sul, de Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.
- 5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação do aludido terreno:
 - 1. O Collector de Goa, Panagi.
 - 2. O Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão.
- 3. O Director de Agrimensura, Panagi.
 - 4. O Engenheiro Superintendente do Círculo II, das Obras Públicas, Panagi
- 6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, pelo prazo de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

PD 1 5 Years	Yran e	Description of the said land						_ Approximate		
Taluka	Village	Survey No. Plot No.		Name of the person believed to be interested				A	Area in Sq. mts.	
;		and the state of t		Descrição do aludido terreno						
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Nom	e da pessoa que	se presu	ıme ser i	iteressada	A.	Area aproximad: em m²
1	2	2	4			5				6
Ponda	Ponda	A plot of lan	d believed to h	old by:		1				
				1. Mr. A	nant L. Borkar	:.				1940.00
	100		190	2. Mrs.	Maria Ilda D'S	ouza.				900.00
*		1				.*		Total	•••	2840.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 16th April, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa. Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panagi, 16 de Abril de 1969.

Development Department 'A'

Notification

CDB/COOP/TRIBUNAL/30/66-67

In exercise of the powers conferred by section 149 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 101 of the Cooperative Societies Rules for the Union Territory of Goa, Daman and Diu, 1962, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri R. L. Segel, Law Secretary as the President of the Goa, Daman and

Departamento de Fomento 'A'

Despacho

CDB/COOP/TRIBUNAL/30/66-67

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 149.º do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, conjugado com a norma 101 dos «Cooperative Societies Rules» para o território da União de Goa, Damão e Dio, de 1962, o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, nomeia o Sr. R. L. Segel, Secretário de Justiça, presidente do Tri-

Diu Cooperative Tribunal and the following persons as members thereof until further orders:

Shri P. G. Mulgaonkar, Advocate, Corlim, Mapusa.
 Shri V. S. Neurencar, Advocate, Panaji.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 14th April, 1969.

Industries and Power Department

Office of the Chief Electrical Engineer

Order

CEE/Estt/576/2492

The services of Shri B. S. Bhatia, Assistant Director, from the Central Water and Power Commission on deputation as Deputy Executive Engineer, Electrical, to the Electricity Department of this Administration are hereby replaced at the disposal of the Central Water and Power Commission (Power Wing) Ministry of Irrigation and Power, Government of India, New Delhi, with effect from 30-4-1969 A.N.

Shri T. Nagarajan, Assistant Engineer should take over charge, of Electrical Construction Sub-Division II Margao from Shri B. S. Bhatia with effect from 30-4-1969 A. N.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. R. Karnik, Chief Electrical Engineer & Ex-officio Addl. Secretary to Govt. of Goa, Daman and Diu.

Panaji, 23rd April, 1969.

CEE/Estt/424/2495

The services of Shri K. K. Aneja, Assistant Director from the Central Water and Power Commission on deputation as Deputy Executive Engineer, Electrical, to the Electricity Department of this Administration are hereby replaced at the disposal of the Central Water and Power Commission (Power Wing) Ministry of Irrigation and Power, Government of India, New Delhi, with effect from 30-4-1969 A.N.

Shri D. V. Khera, Deputy Executive Engineer should take over charge of Electrical O&M Sub-Division No. V, Panaji from Shri K. K. Ameja with effect from 30-4-1969 A. N.

By order and in the name of the Administrator of Goa. Daman and Diu.

R. R. Karnik, Chief Electrical Engineer & Ex-officio Addl. Secretary to Govt. of Goa, Daman and Diu.

Panaji, 23rd April, 1969.

bunal Cooperativo de Goa, Damão e Dio, e as seguintes pessoas como seus vogais, até ordens ulteriores:

Sr. P. G. Mulgaonkar, advogado, Corlim, Mapuçá.
 Sr. V. S. Neurencar, advogado, Panagi.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panagi, 14 de Abril de 1969.

Departamento de Indústrias e Energia

Repartição do Engenheiro Eléctrico-Chefe

Portaria

CEE/Estt/576/2492

Os serviços do Sr. B. S. Bhatia, director assistente da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia, em deputação como engenheiro executivo adjunto, eléctrico, dos Serviços de Electricidade desta Administração, são repostos à disposição da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia (Repartição de Energia) do Ministério de Irrigação e Energia do Governo da India, Nova-Delhi, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia.

O Sr. T. Nagarajan, engenheiro assistante, tomará a entrega da sub-divisão de construções eléctricas II, de Margão, do Sr. B. S. Bhatia, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. R. Karnik, Engenheiro Eléctrico-Chefe e Secretario Adicional, ex-officio, do Governo de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 23 de Abril de 1969.

Portaria

CEE/Estt/424/2495

Os serviços do Sr. K. K. Aneja, director assistente da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia, Comissão Central de Abastecimento de Agua e Einergia, em deputação como engenheiro executivo adjunto, eléctrico, dos Serviços de Electricidade desta Administração, são repostos à disposição da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia (Repartição de Energia) do Ministério de Irrigação e Energia do Governo da India, Nova-Delhi, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia.

O Sr. D. V. Khera, tomará a entrega da sub-divisão de construções eléctricas V, e OM de Panagi, do Sr. K. K. Aneja, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão

R. R. Karnik, Engenheiro Eléctrico-Chefe e Secretário Adicional, Ex-officio, do Governo de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 23 de Abril, de 1969.